

Na luta por Direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho, de Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio Costa e Paulo Fontes Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Jorge Ferreira*

Muito tempo se passou desde que os temas que tratavam do movimento operário e sindical despertavam, digamos assim, pouco interesse. Diversas foram as razões para o descenso, desde as influências exercidas pela outrora chamada História das Mentalidades, de viés francês, sempre à procura de novos objetos, passando pelas desilusões com o "novo sindicalismo" brasileiro, bem como o descrédito, em âmbito planetário, dos partidos e sindicatos.

Além disso, no Brasil, a bem da verdade, poucos foram os historiadores que se dedicaram a pesquisas de períodos mais recentes. Enquanto os estudos sobre o período colonial, a escravidão e mesmo os movimentos sociais na Primeira República avançaram de maneira considerável, a temporalidade que se abre em 1930, sobretudo após 1945, ficou a cargo de nossos colegas sociólogos e cientistas políticos. Os temas que tratavam dos movimentos operário e sindical são um bom exemplo. Seria, talvez, o receio dos historiadores de estudarem períodos mais recentes devido à perda de um suposto distanciamento? Não sei, mas não tenho dúvidas de que nós abrimos mão de investigar épocas que nos são mais próximas.

As coisas, no entanto, mudam, às vezes para melhor. E é assim que surge, no mercado editorial, o livro *Na luta por direitos. Estudos recentes em História Social do Trabalho*, publicado pela Editora da Unicamp. O livro é composto por um conjunto de artigos escritos por historiadores formados pelo Programa de Pós-Graduação em História daquela Universidade e já conhecidos por outros trabalhos publicados. Assim, Alexandre Fortes estuda a questão da legalização dos sindicatos e a luta dos metalúrgicos em Porto Alegre na

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

época do "primeiro governo de Vargas"; Antonio Luigi Negro analisa a instalação de uma fábrica de automóveis no Brasil e na Argentina; Fernando Teixeira da Silva volta suas preocupações para as lutas e a cultura política dos portuários de Santos; Hélio da Costa resgata as lutas sindicais em São Paulo entre 1943 e 1953; e Paulo Fontes, por fim, recupera a greve dos 400 mil ocorrida na capital paulista em 1957.

A princípio, para o leitor desavisado, o índice pode dizer pouco. Ou, pior, pode parecer mais um conjunto de "estudos de casos", repetindo velhas fórmulas originárias no início dos anos 1960 e que se tornaram clássicas na literatura sobre o assunto. Lá estariam o "populismo", os pelegos, os autoritários comunistas, a perversidade gerada no enquadramento dos sindicatos pelo Estado, a falta de consciência da classe, o cupulismo, a despolitização, os camponeses que vestiram macacão, entre outras cantilenas que transformaram a luta dos trabalhadores, dos sindicatos e dos partidos de esquerda, entre 1945 e 1964, em uma sucessão de derrotas, desvios, erros, cumplicidades e subordinação a patrões e ao Estado, entre outras práticas lamentáveis.

Não é isso o que encontramos *Na luta por direitos*. Todos os autores da coletânea, partilhando de uma mesma abordagem e concepção de seu objeto de estudo, inovam na maneira de recuperar o passado de luta dos trabalhadores, sindicalistas e partidários de esquerda entre 1945 e 1964. Eles nos contam uma outra história, bem diferente daquela que aprendemos e que ainda é dominante nos livros.

Inicialmente, conhecemos, pelos autores, a maneira como a interpretação "clássica" analisa a trajetória do movimento sindical brasileiro. Fernando Teixeira da Silva, por exemplo, afirma, com razão, que o golpe de 1964 exerceu um grande impacto nos estudos acadêmicos sobre o tema. Grande parte dos estudos explicou a implantação da ditadura pela falta de autonomia da classe operária. As análises convergiam para uma explicação única: o fracasso das esquerdas, logo, dos trabalhadores, estaria previamente determinado pela maneira, perversa e manipuladora, como o movimento operário foi subordinado pelo "populismo" em 1945. Os "populistas" e os assalariados, de mãos dadas, caminharam, a partir deste ano, para o desastre de 1964. Em outras palavras, passou-se a compreender a trajetória dos trabalhadores brasileiros pelo seu movimento crepuscular, batizado de o "colapso do populismo". Para

Hélio da Costa, houve, a partir da ditadura, um "enquadramento" da memória dos operários durante a experiência democrática que se abriu em 1945. Os estudiosos, imaginando trabalhadores facilmente cooptados pelo Estado, passaram a cobrar seus "equívocos" e "desvios", lamentando, ao mesmo tempo, o não cumprimento de seu destino emancipador e autônomo. Mesmo que se soubesse muito pouco sobre as atitudes, as opções políticas, bem como as lutas em fábricas e bairros, as experiências e vivências dos assalariados foram interpretadas como um simples atrelamento ao "populismo" e seus aliados de esquerda, o PCB em particular. Os trabalhadores, definidos como peças da engrenagem do Estado, vitimizados pela cooptação de lideranças exteriores ao seu meio e pela dominação burguesa, não teriam sido capazes de se expressar como classe. Daí o sucesso que o conceito de "populismo" alcançou.

Assim, a "teoria do cupulismo de cooptação e manipulação de classe", no dizer de Fernando Teixeira da Silva, inundou os textos que analisavam a luta dos trabalhadores. As "cúpulas" estariam a serviço dos interesses políticos dos governos, a exemplo de João Goulart, abandonando os interesses mais imediatos das bases. Para os autores da coletânea, o movimento sindical era definido dessa maneira pela ausência de organização nos locais de trabalho, distanciamento das reivindicações "econômicas" dos operários, recusa em romper com o atrelamento sindical ao Estado, entre outras razões, permitindo que os assalariados se tornassem "reféns", como diz Hélio da Costa, da política ditada por suas lideranças. Recém-integrados no mundo urbano-industrial e sem tradições de organização coletiva, somente com a utilização de piquetes, diz Paulo Fontes, havia sucesso nas paralisações. Os piquetes seriam a forma de organização possível de um movimento sindical frágil devido à origem rural da maior parte dos trabalhadores.

A coisa, na verdade, vinha de longe, antes de 1945, diziam os estudos clássicos. Tudo começou, afirma Alexandre Fortes, com a implantação do sindicalismo oficial no início dos anos 30, supostamente aceito com passividade por um novo operariado que surgia. Os "velhos" imigrantes - qualificados, conscientes e combativos - teriam sido substituídos por uma outra geração. Vindos do meio rural, os "novos" trabalhadores, passivos diante da exploração fabril, sem consciência política de esquerda, incapazes de se expressarem como classe, foram facilmente cooptados pelo canto de sereia - "populis-

ta", claro - de Vargas, aceitando com alegria as leis sociais e o sindicalismo atrelado. O desprezo pelos camponeses é uma marca das interpretações que se tornaram dominantes.

No entanto, com as greves no ABC paulista, em fins dos anos 70, novos elementos foram incorporados à interpretação clássica. Finalmente, diziam, o "novo sindicalismo" abandonou o colaboracionismo e o cupulismo, assumindo a defesa dos interesses dos trabalhadores. A repercussão das greves, diz Fernando Teixeira da Silva, foi quase imediata na historiografia e muitos estudos se voltaram para a Primeira República, enfocando a luta dos anarquistas. Assim, com o estudo dos libertários, foi construída a imagem de um movimento operário verdadeiro, autônomo e revolucionário, isento da nefasta "ideologia burguesa" e das negativas influências do Estado. Um sindicalismo, diria eu, tão puro como os cátaros. O "novo sindicalismo", pós-78, portanto, teria retomado a prática salutar e autêntica do sindicalismo anterior a 1930. O caminho "natural" da classe operária teria sido finalmente resgatado, superando o lamentável e equivocado interregno do "período populista". No entanto, como lembra Alexandre Fortes, por mais "novo" que fosse o sindicalismo que resurgiu no crepúsculo da ditadura militar, ele não superou a CLT e o atrelamento sindical, salvo em um ou outro aspecto. Assim, tornou-se difícil sustentar que a origem de todo o aparato legislativo elaborado na época de Vargas se deveria apenas, e tão-somente, à imposição do Estado.

Os autores da coletânea se insurgem contra todas essas interpretações que, com grande sucesso, elaboraram e difundiram no imaginário acadêmico a crença no chamado "sindicalismo populista". E não é casual que as imagens e representações tão desmerecedoras do movimento operário e sindical anterior a 1964 tenham sido construídas, com empenho e denodo, após o golpe militar. É como se a geração que viveu a ditadura dos militares, sentindo-se, com razão, vítima de uma infelicidade, tenha culpado aquela que a precedeu pelo desastre. Com um sentimento difuso, passaram a alimentar verdadeiro desprezo pelos operários, sindicalistas, camponeses, trabalhistas, socialistas, comunistas, estudantes, intelectuais, militares nacionalistas, bem como a todo e qualquer movimento político engajado no projeto nacional-estatista que empolgou as esquerdas daquela época, com as bandeiras da soberania nacional e da justiça social. Todos, com suas ilusões, desvios e falsas consciências, teri-

am permitido o golpe. Por tudo isso, nada mais mereceriam que o desprezo, acompanhado do esquecimento.

Com os métodos próprios dos historiadores, Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes seguiram as indicações de Marc Bloch e, sem preocupações em julgar, preferiram compreender. Deixando de lado pré-conceitos, ou mesmo os preconceitos, eles foram às fontes, muitas delas, sejam as documentais, guardadas nos arquivos, sejam as orais, estampadas em fitas magnéticas. Lidando com operários e sindicalistas de carne e osso, homens que partilharam experiências, vivências, crenças e valores em comum, e seguindo as indicações teóricas da História Social Inglesa, e de E. P. Thompson em particular, eles contam uma "outra" história, bem diferente daquela que ainda é dominante na historiografia e no senso comum acadêmico.

Conhecemos, então, organizações dos operários nos locais de trabalho, demonstrando arrojada disposição de luta, espírito de coesão, confiança em suas lideranças, sentimentos de solidariedade grupal e noção precisa de seus interesses. Muito distante da visão tradicional do "sindicalismo cupulista e afastado das bases", surgem, no livro, líderes tentando responder aos anseios dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os mobilizavam e os organizavam para a luta. Como ocorreu no Sindicato dos Químicos de São Paulo, mas também em diversas outras categorias, a escolha de delegados sindicais nas empresas era prática comum na década de 1950. Tratava-se de uma necessidade de ampliar a representatividade e fortalecer a entidade nas empresas. Os delegados, escolhidos por eleições diretas e secretas, levavam a opinião dos operários aos sindicatos, criando um canal de comunicação entre as bases e as direções. O mesmo ocorria com os piquetes. Longe de ser uma fraqueza do movimento, o leitor compreende que eles funcionavam como um instrumento de comunicação e organização do movimento.

O mundo vivido por aqueles operários, ensinam os autores, era muito diferente do que supunham os textos consagrados. Nas assembléias, os trabalhadores debatiam, apresentavam propostas e deliberavam. No Sindicato dos Portuários de Santos, o diálogo entre as lideranças comunistas e trabalhistas com as bases era uma prática comum. A relação de confiança entre eles se estabeleceu no cotidiano do trabalho, quando revolucionários e petebistas se

envolviam nos problemas de diversas categorias profissionais. Diversamente como defenderam as interpretações clássicas, as lideranças do PCB e do PTB não formavam uma casta politizada distante de operários sem consciência. Desde 1945 e até 1964, o sucesso de comunistas e trabalhistas dependeu da proximidade com os trabalhadores e do envolvimento com seus problemas mais imediatos no mundo fabril. Uma multiplicidade de militantes intermediários entre base e cúpula sustentou o prestígio dos sindicalistas nacionalistas. Os trabalhadores seguiram seus líderes, não tanto pela cantilena doutrinária e ideológica, mas, sim, por idéias-força que formavam o ideário nacional-estatista - entre elas, a noção de que os operários tinham direitos e deviam lutar para mantê-los e ampliá-los. Onde tudo era explicado a partir da subordinação, surgem relações democráticas entre bases e lideranças, como também independência em relação ao governo.

No caso particular dos comunistas, tão menosprezados pela literatura especializada, *Na luta por direitos* mostra a existência de, pelo menos, dois Partidos Comunistas. Um, o do Comitê Central, após a queda de Vargas, que falava em União Nacional e em "apertar os cintos"; o outro, o dos militantes revolucionários de base que, afinados com as insatisfações dos trabalhadores, marchavam com eles nas greves. Um, do mesmo Comitê Central radicalizado com o Manifesto de Agosto, exigindo o abandono dos sindicatos; o outro, dos mesmos militantes de base que, tendo suas histórias de vida construídas naquelas organizações, resistiam em deixá-los.

Os autores, portanto, recusam as análises que insistem em categorias muito mais mencionadas do que comprovadas, embora consagradas pelo tempo: populismo, cooptação, manipulação, entre outras. Aliás, todas elas marcas de um "velho" sindicalismo supostamente superado por um "novo". O livro demonstra que as imagens que contrapunham um com o outro, a exemplo do cupulismo *versus* bases ou lutas gerais *versus* questões imediatas, não estão presentes nas fontes documentais. Ao contrário, encontram-se evidências de continuidade entre as práticas de ambos, como valores de solidariedade, combatividade e espírito de classe. Ao final do livro, o leitor ainda encontrará uma entrevista com os historiadores Daniel James e John French.

Na luta por direitos, portanto, é um livro que inova. Mas não se trata daquele tipo de novidade, como tantas outras, que surge como raio em céu

azul para depois cair no esquecimento. Os autores, apoiados por teorias consistentes e fontes convincentes, demonstram que, na experiência democrática de 1945 a 1964, as coisas não eram tão simples como se acreditava, que entre o céu e a terra havia muito mais do que apenas "populistas" e "pelegos", que os trabalhadores esperavam o sol e a chuva da natureza e não de meros farsantes, que a expressão "sindicalismo populista" somente existiu na imaginação de alguns estudiosos e não nas vivências e experiências dos assalariados e, como prova de grandeza, que uma geração não deve desprezar aquela que a precedeu.

No entanto, que os autores estejam conscientes: não se rompe com uma tradição sem custos. O caminho é longo e difícil. Embora muitos de seus colegas, em diversas outras Universidades, recebam *Na luta por direitos* com muita satisfação e alegria, criticar e desmontar teorias longamente aceitas e partilhadas implicará tempo e, sobretudo, paciência.